



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA POLÍCIA E
BOMBEIROS MILITAR/CAO/2018**

**Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos
policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de
Policimento Tático da PMPA**

Helton Pinheiro da Rocha – Cap PMPA

MARITUBA-PA

2018

Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA

RESUMO

O porte da arma de fogo por policiais durante a folga tem ocasionado debates acalorados. De um lado há aqueles que argumentam que ela aumenta a possibilidade de vitimização já que se constitui em objeto de cobiça dos marginais. Outros defendem posição contrária. O presente estudo abordou os aspectos relacionados à percepção do policial militar, quanto à necessidade de utilização da arma de fogo fora do serviço policial, considerando as altas taxas de vitimização na folga dos policiais militares do Estado do Pará, em especial a partir do ano de 2013, quando a instituição distribuiu para todo o seu efetivo mediante cautela o chamado o “Kit Segurança”, composto de um colete balístico e uma pistola. Dessa maneira, a percepção da necessidade de uso da arma foi analisada comparativamente entre os policiais militares do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque e do Batalhão de Polícia Tática. Foram utilizados como instrumento de coletas, 247 (duzentos e quarenta e sete) questionários aplicados aos integrantes dessas unidades operacionais. O objetivo geral foi analisar a percepção da possibilidade do uso da arma de fogo durante a folga. Como resultado observou-se que existe uma percepção semelhante entre os efetivos analisados, com uma propensão maior do uso da arma de fogo pelos integrantes do Batalhão de Polícia Tática. A conclusão é de que tal entendimento é importante para subsidiar políticas institucionais diferenciadas dentro da instituição, voltadas para a redução do número de mortes de policiais militares, principalmente quando fora do serviço policial.

Palavras Chave: Folga; Vitimização; kit segurança.

ABSTRACT

The use of the firearm by police officers off duty has caused heated debates. On the one hand there are those who argue that it increases the possibility of victimization since it constitutes an object of greed for the marginal ones. Others hold the opposite view. The present study dealt with the aspects related to the perception of the military police regarding the need to use the firearm off duty, considering the high victimization rates of military police in the State of Pará, especially from the year of 2013, when the institution loaned to all its members so-called "Safety Kit", composed of a ballistic vest and a pistol. In this way, the perception of the need to use the weapon was analyzed comparatively between the military police officers of the Riot Control Police Battalion and the Tactical Police Battalion. 247 (two hundred and forty-seven) questionnaires applied to the members of these operational units were used as collection instrument. The general objective was to analyze the perception of the possibility of using the firearm during play. As a result, it was observed that there is a similar perception among the personnel analyzed, with a greater propensity for the use of the firearm by the members of the Tactical Police Battalion. The conclusion is that such an understanding is important to subsidize institutional policies differentiated within the institution, aimed at reducing the number of deaths of military police, especially when out of police service.

Keywords: Day off; victimization; safety kit.

1 INTRODUÇÃO

Em 2016, nas seis cidades mais violentas¹ do mundo morreram cerca de 100 policiais. No mesmo ano, só no estado do Rio de Janeiro, que não se encontra nesse *ranking*, foram registradas 146 (cento e quarenta e seis) mortes de policiais militares na condição de serviço ou na folga (Resende e Guimarães, 2017). No mesmo ano, o Brasil registrou a morte de 453 (quatrocentos e cinquenta e três) policiais militares e civis, constatando-se um aumento de 23,5% em relação ao ano de 2015 (FBSP, 2017).

No Estado do Pará, no ano de 2017, foram vitimados 45 (quarenta e cinco) policiais militares da ativa ou convocados para o serviço ativo. Desse total, 24 (vinte e quatro) morreram na folga, o que representou mais de 50% dos casos. Somam-se ainda, 13 (treze) mortes de policiais militares da reserva (PARÁ, 2018).

Tendo como ponto de partida o elevado índice de morte de policiais militares, principalmente fora do serviço, esta pesquisa abordou os aspectos relacionados à percepção que o policial militar tem referente ao uso (ou não) de arma durante a sua folga. Importante se faz registrar que no ano de 2013 a Polícia Militar do Pará distribuiu para todo seu efetivo, mediante cautela, o chamado “Kit Segurança²”, composto por um colete balístico e uma pistola para uso contínuo e permanente – no serviço e fora dele.

O interesse pelo tema se deu face a inquietação do autor pela constatação de que, ao longo dos últimos dez anos, diversos policiais militares foram vitimados na folga e, em muitos casos, justamente portando a arma de fogo que a instituição disponibilizou para sua segurança.

O tema é relevante sob vários aspectos. Primeiro, a morte de policiais é um episódio com consequências gravíssimas não só para a instituição Polícia, mas, sobretudo, para o Estado, como ente responsável pela segurança da população. Segundo, os estudos sobre vitimização policial são essenciais para a proposição de políticas públicas voltadas a redução desses acontecimentos. Terceiro, entender de que maneira o profissional de segurança percebe a real necessidade de portar a arma fora de suas atividades laborais possibilita ao comando da instituição rever seus atos e ajustá-los de acordo com mudanças de cenários.

¹ 1 - Caracas (Venezuela), 130,35 homicídios/100 mil hab; 2 – Acapulco (México), 113,24 homicídios/100 mil hab; 3 – San Pedro Sula (Honduras), 112,09 homicídios/100 mil hab; 4 – Distrito Central (Honduras), 85,09 homicídios/100 mil hab; 5 – Victória (México), 84,67 homicídios/100 mil hab; 6 – Maturín (Venezuela), 84,21 homicídios/100mil hab.

² Termo dado à política institucional da PMPA, quando em 2013 os Policiais Militares passaram a cautelar de forma permanente os seguintes equipamentos: 01 (uma) Pistola . 40, com 02 (dois) carregadores com 10 (dez) munições cada e 01 (um) colete balístico, normatizado pela Portaria nº 006/2013 – GAB/CMDO PMPA.

Muniz e Soares (1998) entendem que as instituições devem realizar estudos e mapear onde são vitimados os policiais militares, pois tais dados podem representar uma contribuição importante para os ocupantes de cargos de gestão da organização, para serem efetivadas políticas públicas de segurança a fim de amenizar a vitimização dos seus profissionais.

Para Vale (2015), o policial vitimado em situação de folga é entendido como todo aquele que esteja na ativa e tenha sido morto fora do horário de serviço por qualquer causa considerada não-natural. Para Leal (2015) os policiais militares são vitimados com maior proporção fora do trabalho, na folga, uma vez que no desempenho de sua atividade profissional, as normas e procedimentos da corporação os protegem.

Para Minayo (2007, p. 2) a percepção de risco relacionada ao porte de arma de fogo.

A percepção de risco que daí se depreende vem do caráter intrínseco da atividade policial; mas também, do fato de que todos têm porte de armas, tornando se alvos potenciais das agressões uns dos outros. Essa última circunstância é referida por eles na expressão “vivemos uma paz armada”.

O ponto de partida desta pesquisa foi a constatação empírica de que, nos dias atuais, o profissional de segurança pública de folga, armado, sem o devido treinamento para reagir a uma situação de risco, sozinho (sem a companhia de outro policial) estaria mais propenso a se envolver em uma ocorrência cujo desfecho fosse a sua vitimização. Desta forma, surge o questionamento: em que medida o uso da arma de fogo pelo policial militar durante a folga é um fator que contribui para a vitimização desse profissional?

A hipótese do presente estudo foi de que nos últimos anos houve um aumento do número de policiais militares mortos durante a folga, principalmente com a implementação da política institucional da entrega do “Kit Segurança”, quando todos os policiais militares do Estado passaram a ter o porte da arma de fogo.

O presente estudo teve como objetivo geral analisar em que medida o porte da arma de fogo pelo policial de folga contribui para sua vitimização. Diante deste desafio, pretendeu-se, como objetivos específicos: a) conceituar vitimização policial; b) verificar qual a percepção de risco dos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque - BPCCHOQUE e dos Policiais Militares do Batalhão de Polícia Tática - BPOT, sobre o uso da arma de fogo durante a folga; c) comparar as percepções desses policiais militares quanto à utilização da arma de fogo na folga.

A relevância do artigo foi compreender a percepção dos policiais militares de batalhões tão distintos em suas missões institucionais, aliado ao tema da vitimização dos

policiais militares tão presente na instituição nos dias atuais, para ao final deste, poder sugerir políticas institucionais para amenizar o número de mortes, envolvendo os policiais militares, principalmente na folga, onde seria o momento de laser, de desestresse de uma das atividades laborais do planeta com um dos maiores índices de estresse, bem como o de contribuir com a instituição a fim de planejamento estratégico para uma melhoria da qualidade de vida dos profissionais da PMPA.

2 METODOLOGIA

Como é apropriado a todo trabalho acadêmico, esta pesquisa foi iniciada com uma ampla pesquisa bibliográfica em fontes nacionais e estrangeiras com a finalidade de apresentar, da maneira mais detalhada possível, os conceitos relacionados ao tema proposto.

Concomitante, recorreu-se a fontes primárias e secundárias na obtenção de dados relativos às mortes de policiais militares da PMPA. Oliveira (2002, p. 115), destaca em seu estudo que o método quantitativo é muito utilizado nas pesquisas descritivas, na qual “se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, assim como na investigação da relação de causalidade entre os fenômenos causa e efeito”.

Neste mesmo sentido, Andrade (2011, p. 60), evidencia a metodologia quantitativa, da seguinte maneira:

Podemos considerar a metodologia quantitativa como a descrição objetiva e sistemática dos dados, cuja análise se dá com informação numérica resultante da investigação, que pode se apresentar em forma de quadros, tabelas e medidas, portanto, usa modelos estatísticos.

Oliveira (2002, p. 58), entende que o método se faz acompanhar da técnica, que é o suporte físico, são os instrumentos que o auxiliam “para que se possa chegar a um determinado resultado: ensino, descoberta, aprendizado, invenção, investigação”.

Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos aleatoriamente dentre os policiais militares da Polícia Militar do Pará que trabalham nos Batalhão de Polícia de Choque – BPCHOQUE e do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, ambos subordinados ao Comando de Missões Especiais da PMPA.

Os Batalhões foram selecionados em razão de que mesmo subordinados ao mesmo comando intermediário³ (CME), que tem como responsabilidade atuar em situações específicas e de maior complexidade, possuem diferentes dinâmicas de serviço: enquanto o serviço do Batalhão de Polícia de Choque é de natureza aquartelada (passam a maior parte do

³ Aos comandos intermediários incumbe o planejamento em nível estratégico para serem executados pelos Batalhões.

tempo dentro do Batalhão aguardando acionamento); consequentemente, os policiais que compõem este Batalhão não teriam tanta visibilidade em relação aos cidadãos infratores, pois atuam em missões especializadas e somente saem para operar quando são acionados como por exemplo em revistas (buscas pessoais e no local), motins e rebeliões em estabelecimentos penais, distúrbios civis, policiamento ostensivo em praça desportiva, dentre outros. Já o serviço do Batalhão de Polícia Tática – BPOT é eminentemente exposto em relação ao público, seja ele ordeiro ou desordeiro, pois estão no serviço embarcado, realizando o serviço ostensivo, preventivo, mesmo na condição de segundo esforço, portanto, tendo muito mais visibilidade por parte da população em geral e podendo ser reconhecido a qualquer momento por um cidadão infrator, mesmo em período de folga (fora do horário de serviço).

Oliveira (2002) entende que quando o pesquisador deseja coletar informações sobre um ou mais aspectos de um grupo numeroso, muitas vezes, torna-se impraticável realizar o levantamento do todo, portanto, existe essa necessidade de investigar e coletar dados, apenas de uma parte da população que se pretende estudar, denominada amostra.

No mesmo sentido, Campos *et al.* (2001) caracteriza amostra como sendo uma parte ou subconjunto, criteriosamente obtido, da população que se quer estudar e ainda acrescenta que se deve sempre recorrer a amostra, pois despenderá um tempo mais curto e menores recursos materiais. Com isto em evidência, realizou-se uma análise amostral, procedimento estatístico que permitiu que os dados obtidos de certo número de policiais pudesse representar o todo (efetivo lotado no Batalhão de Polícia de Choque e no Batalhão de Polícia Tática). Foi utilizada uma análise com erro amostral de 5%, com base no efetivo total pronto⁴ de cada unidade envolvida na pesquisa, conforme fórmula para o cálculo do tamanho da amostra abaixo, onde o *n* (representa o tamanho da amostra), *N* (tamanho da população), *n*₀ (primeira aproximação do tamanho da amostra), *E* (erro amostral tolerável).

$$N = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

$$n_0 = \frac{1}{(E)^2}$$

O Batalhão de Polícia de Choque – BPCHOQUE, atualmente com efetivo total de 195 (cento e noventa e cinco) policiais militares, tem o efetivo pronto de 156 (cento e cinquenta e seis), portanto a análise amostral se deu a partir do efetivo pronto, pela facilidade da aplicação dos questionários para aqueles que realizam suas atividades normalmente, dessa forma, de acordo com o erro amostral de 5%, foi necessário aplicar os questionários para 112 (cento e

⁴ Efetivo pronto corresponde ao total de policiais militares em condições, aptos para executar o serviço. Do efetivo total, subtrai-se os policiais que se encontram em gozo de licença, férias, ou à disposição de outros órgãos.

doze) policiais militares.

O Batalhão de Polícia Tática – BPOT tem efetivo total de 275 (duzentos e setenta e cinco) policiais militares e efetivo pronto de 204 (duzentos e quatro) militares. Dessa forma, foi necessário aplicar 135 (cento e trinta e cinco) questionários para os policiais militares.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário (apêndice ao projeto) aos policiais militares selecionados de forma aleatória, dentre os que se encontravam de serviço em um determinado dia do mês de agosto de 2018. O referido instrumento de coleta foi preenchido anonimamente para investigar: (1) se o policial militar utilizava arma de fogo durante a sua folga; (2) se recebeu algum treinamento técnico (manuseio, tiro) para utilizar a arma de fogo **especificamente** fora do serviço; (3) se recebeu algum tipo de treinamento ou instrução de como se preparar psicologicamente para o uso da arma de fogo (Seminário de Comportamento de Autoproteção ou equivalente); (4) se sente suficientemente preparado para utilizar sua arma de fogo durante a folga, dentre outras perguntas.

A escolha pelo método de coleta de dados para tal pesquisa justificou-se pela economicidade de tempo, pela homogeneidade na tabulação dos dados, facilidade na coleta, análise e demonstração dos resultados.

Para Oliveira (2002, p. 165), o mais importante relacionado aos dados dos questionários é o seguinte: “Todos os dados incluídos no questionário deverão constituir-se numa **hipótese**, que será a resposta para o **problema formulado**. Deve incluir cada um dos pontos do levantamento e confirmar a existência do objeto da pesquisa, **o fenômeno**” (grifo nosso).

A pesquisa de campo requereu idas às unidades para cobrir os turnos das equipes. No Batalhão de Polícia Tática – BPOT, à entrega se deu no início do serviço, pela manhã, quando os policiais militares entram para a formatura matinal, quando recebem as ordens dos seus comandantes em relação ao serviço do dia. Os questionários foram recolhidos no final do serviço, uma vez que o serviço no referido batalhão é motorizado e os policiais logo que recebem às ordens, embarcam nas viaturas e realizam patrulhamento na capital paraense e região metropolitana e seu regime de serviço é de 12 (doze) horas de trabalho seguidas de 24 (vinte e quatro) horas de folga e novamente retornam para o serviço de 12 (doze) horas de trabalho, por 48 (quarenta e oito) horas de folga.

No Batalhão de Polícia de Choque a entrega ocorreu no início do serviço, que inicia às 07h30 da manhã, quando o Pelotão⁵ de serviço entra para a formatura e o oficial de serviço⁶ realiza a conferência do efetivo e material do Pelotão que está comandando, sendo recolhido no dia seguinte, por volta do meio dia, quando os policiais são liberados logo após a instrução. Considerando que mesmo aquartelado o efetivo pode ser acionado para realizar revistas e conter rebeliões em casas penais, desobstruir vias interditadas, realizar policiamento de segundo esforço, policiamento em praça desportiva, entre outros, houve a necessidade de recolher os questionários apenas no dia seguinte. Ressaltando que a escala do Batalhão de Polícia de Choque é de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, por 72 (setenta e duas) horas de folga, ocorrendo uma instrução no primeiro dia de folga. Foram distribuídos 10 (dez) questionários a mais para cada efetivo analisado, uma vez que poderia ocorrer a inutilização do questionário, caso não ocorresse o correto preenchimento e assim, para evitar que um número menor de sujeitos pesquisados em relação ao total, e mantendo o erro amostral de 5% da população a ser pesquisada.

Os questionários foram aplicados nos respectivos Batalhões pelo próprio pesquisador, que é oficial da PMPA, ocupando atualmente o posto hierárquico de Capitão. Na ocasião, em consideração à constante vigilância epistemológica exercida pelo autor, principalmente no que diz respeito à redução da violência simbólica, por envolver subordinados hierárquicos, vários cuidados foram observados tais como orientações aos respondentes no preenchimento dos questionários, ênfase na possibilidade do anonimato e do caráter voluntário de participação.

De posse das respostas, foram construídas tabelas e gráficos para melhor entendimento e análise dos dados obtidos nos questionários, garantindo maior facilidade de entendimento para os que futuramente forem estudar o fenômeno pesquisado. Os resultados foram descritos através de porcentagens para cada quesito analisado, evidenciando o caráter científico e destacando a preocupação com a vigilância epistemológica, buscando um estudo primado pela imparcialidade e pela racionalidade dos dados.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 As unidades operacionais pesquisadas

O Batalhão de Polícia de Choque foi criado através do Decreto-Lei nº 817, de 06 de maio de 1992, atualmente é localizado no bairro da Cremação, no município de Belém-PA. É composto por 02 (duas) companhias orgânicas, comandadas por oficiais do posto de Capitão e

⁵ Fração de tropa que trabalha por turno de serviço.

⁶ Oficial policial militar que comanda a fração de tropa.

tem efetivo de 204 (duzentos e quatro) policiais militares, divididos em quatro pelotões de choque, sendo escalados em média de 30 (trinta) policiais militares para o serviço de prontidão⁷.

Tal unidade especializada tem como missão:

A preservação e restauração da ordem pública, protegendo vidas, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na forma da Lei, com a utilização de armas de todos os graus de potencial ofensivo e equipamentos especiais, com utilização da doutrina do uso progressivo da força nos mais variados graus de letalidade, agindo em grandes eventos, no Controle de Distúrbios Cíveis, motins em estabelecimentos prisionais e apoio, dentre outros, à segurança de cumprimentos de mandato judicial como reintegrações de posse, restabelecendo a ordem em todo o território abrangido pelo Estado (PARÁ, 2014, p. 45).

De acordo com a Diretriz de Organização da PMPA, o Batalhão de Polícia de Choque da PMPA, é considerado um batalhão de força de reação do Comando-Geral. Essa força de reação seria o emprego operacional das unidades do Comando de Missões Especiais – CME, em ocorrências extraordinárias, as quais precisam de uma ação mais efetiva, que necessita de técnicas especializadas e equipamentos diferenciados.

A antiga Companhia Tático-Operacional foi criada em 27 de março de 2001 através do Decreto nº 4.560 e através do Decreto Governamental nº 2362 de 31 de julho de 2006, art. 3º, V, foi transformada em Batalhão de Polícia Tática. A partir de janeiro de 2007, o BPOT foi estruturado em 02 (duas) companhias de policiamento especial, a Companhia ROTAM (Ronda Ostensiva Tática Operacional) e a Companhia ROCAM (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicleta), ambas com a missão de atuar no segundo esforço de policiamento, fornecendo apoio ao policiamento ordinário (PARÁ, 2014).

O Batalhão de Polícia Tática tem sua missão principal:

O enfrentamento da criminalidade organizada e violenta e, de forma complementar a atuação dos Batalhões Operacionais de área da Região Metropolitana de Belém, de modo a cobrir zonas quentes de criminalidade não ocupadas ou a reforçar locais críticos, com utilização de viaturas de 02 (duas) e 04 (quatro) rodas. O BPOT deverá estar em condições de emprego em todo o Estado. Tem por objetivo o cumprimento de missões específicas, visando à prevenção e à repressão qualificada: - captura de presos de alta periculosidade”. (PARÁ, 2014, p. 44).

3.2 Vitimização policial

Muniz e Soares (1998) entendem que é natural que os policiais militares sejam vitimados bem mais na folga, do que no serviço – atividade fim (policiamento ostensivo, fardado) uma vez que para o serviço procedimentos padrões são adotados e treinamentos especializados são colocados em prática, porém o risco ainda é presente.

⁷ Serviço no qual os policiais ficam aquartelados, aguardando acionamento para deslocar para as missões inerentes ao serviço da unidade, como: revista em casas penais, contenção de rebeliões, motins, desobstrução de vias, cumprimento de mandados judiciais, entre outros.

O risco na profissão policial militar é presente desde o primeiro dia em que o profissional adentra a corporação “já que representa uma condição intrínseca à profissão policial” (MINAYO, 2007, p. 8). Portanto, é algo indissociável do cotidiano do policial militar, no entanto, condutas e treinamentos específicos podem diminuir os riscos inerentes à profissão. O mesmo estudioso evidencia o risco em três aspectos, sendo eles o laboral, ambiental e relacionais:

Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (MINAYO, 2007, p. 8).

O policial militar ao ter em seu poder uma arma de fogo, poderia representar um grande atrativo para o criminoso, tendo em vista que a política de desarmamento restringiu o porte e a aquisição de armas pelo cidadão de bem⁸, com isso as armas disponíveis na sociedade brasileira em sua grande maioria são armas de policiais militares ou outros profissionais de segurança, o que de certa forma contribuiria para a vitimização desses profissionais.

Leal (2015), em seu estudo, entende que a vitimização policial perpassa por algo mais abrangente, em decorrência da complexidade do serviço policial como um todo:

A vitimização profissional pode ser considerada como um fenômeno mais amplo, como aquela oriunda da atividade policial, devido ao exercício do seu trabalho ser de alto desgaste físico e emocional, frequentemente sendo o policial impedido diante da dinâmica do seu expediente, de gozar suas necessidades fisiológicas como sono, fome, sede, descanso, tornando-se vítima da própria condição física, embora exista outros tipos de vitimização policial (LEAL, 2015, p. 13).

3.3 O “Bico” como uma realidade do policial militar

Os serviços de segurança remunerados prestados de forma ilegal pelos policiais de folga podem ser um fator potencializador na vitimização. Bonfanti (2009) enfatiza que o chamado “bico policial” já se tornou rotineiro na vida dos policiais militares e que as organizações policiais devem dar uma atenção especial a este assunto para se chegar numa compreensão desta nova realidade.

Minayo (2007) entende que realizar o “segundo trabalho”, na área de segurança privada, é usar o tempo livre numa atividade similar à atividade principal e até com maior risco, pois se encontra invariavelmente sozinho no local de trabalho.

Leal (2015) acrescenta ainda que o trabalho informal contribui para uma expressiva

⁸ Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003.

baixa de policiais militares na folga e ainda acrescenta que em decorrência de ser um serviço que não está amparado legalmente pela instituição policial militar e que não está amparada de direitos em caso de morte, geralmente, seus familiares sofrerão as consequências.

Complementando esse raciocínio, sobre a atuação dos policiais na folga, relacionado ao “bico”, Muniz (2011, p. 8), faz um breve resumo:

A prática disseminada do “bico policial” ou da segunda jornada de trabalho tem um impacto significativo na vitimização e na letalidade. O segundo emprego agravaria ainda mais esses riscos, por limitar o descanso, já comprometido pelos plantões e por impedir que o profissional atuando na informalidade se beneficie dos recursos institucionais de proteção. O “bico” representaria uma necessidade de complementação de salários insatisfatórios, o que seria motivo adicional de estresse e irritação.

3.4 O “Kit Segurança”: uma política institucional

Conceição e Ribeiro (2015, p. 3-4), em seus estudos relacionados à vitimização de policiais militares no Pará relacionando-os à política institucional do chamado “Kit de Segurança”, fundamentaram a decisão do Comando da PMPA de oferecer ao policial militar do Estado do Pará o “Kit Segurança” da seguinte forma:

Diante da crescente onda de violência contra Policiais Militares tanto em serviço quanto em horário de folga, desde o ano de 2013 todo Policial Militar da ativa no Estado do Pará recebe o chamado Kit de Segurança, que é composto por uma pistola cal. 40 mm, dois carregadores municiados e um colete balístico, cujo objetivo seria prevenir as mortes e lesões sofridas por Policiais Militares, no deslocamento para o serviço e em horário de folga, que mesmo a paisana o Policial Militar, pela natureza de sua profissão, sofre ameaças e é vulnerável.

Os mesmos autores entendem que o Kit Segurança que deveria ter assegurado uma maior proteção, teve efeito inverso:

(...) o que deveria aumentar a proteção dos Policiais Militares parece ter tido efeito irrelevante ou até inverso do que se pretendia com a distribuição do Kit, pois o simples acesso a mais armamentos não garantiu a proteção do Policial Militar, principalmente nos horários de folga, haja vista que o aumento nos índices de homicídios de Policiais Militares no Estado do Pará coincide com o advento do kit Policial Militar, que começou a ser pago no ano de 2012 e implementado definitivamente no ano de 2013 (CONCEIÇÃO E RIBEIRO, 2016, p. 4).

Através da Portaria nº 006/2013 – GAB/CMDO PMPA, houve a implementação do chamado “Kit Segurança”, onde foi cedido aos policiais militares de forma permanente uma Pistola .40, 02 (dois) carregadores municiados com 10 (dez) munições cada e um colete balístico. Em decorrência disto, os policiais militares passaram a andar permanentemente com uma arma de fogo, o que possivelmente pode ter potencializado a incidência da vitimização dos policiais militares, principalmente nas ocorrências de latrocínio, homicídio, roubo de armas do patrimônio da PMPA e suicídios, todos evidenciados na folga policial. Portanto, o

“andar armado” representaria um “fator negativo” para a vida do policial militar quando na folga, até em consequência da divulgação da distribuição do kit na mídia como propaganda governamental, voltando-se o alvo dos criminosos para esta categoria.

França e Duarte (2017) destacam em seu estudo que as notícias de mortes de policiais militares na atualidade já se tornaram rotineiras e se impressionam com o sensacionalismo impetrado pela mídia brasileira ao destacar em determinadas situações que o policial militar foi o causador do resultado morte ao tentar empreender uma ação contra o meliante.

Nesse mesmo sentido Leal (2015, p. 5) enfatiza que:

(...) outra parcela da imprensa explora as mazelas e a imagem do policial truculento, corrupto e inconsequente e tais notícias são publicadas em jornais com uma linguagem generalista. Tais abordagens contribuem para uma percepção social de que o policial militar não é digno de direitos e que a morte de mais um profissional de segurança é algo aceitável. Como o mesmo autor enuncia: “uma naturalização social da vitimização policial (LEAL, 2015, p. 5).

O autor acrescenta ainda que na hora da folga existe o fator surpresa, na qual dificilmente o policial militar ficará atento para toda e qualquer situação adversa e o fator surpresa se torna “um vilão”. Os momentos de lazer com a família e nos passeios às proximidades de sua residência são locais vulneráveis, pois ao passo que são conhecidos do policial militar, são os locais onde o mesmo fica mais disperso, por entender que aquela região é um local seguro.

3.5 Porte de arma na folga

O policial militar quando porta arma de fogo possivelmente entende que se encontra mais seguro e assim, torna sua rotina fora do serviço diferente se talvez não tivesse o porte, como ir em locais menos seguros, encara riscos voluntários, como bem observado no estudo de Mello (2013), que é um risco no qual o policial certamente não entraria se estivesse desarmado.

Outro fator que contribuiria para o aumento do risco de vitimização na folga seria o fato de que na maioria das vezes o policial militar ter que atuar de forma isolada, sem o devido apoio de outro profissional de segurança, fato comum quando estão em atividade de policiamento ostensivo ou outras operações, portanto, um tipo de procedimento não habitual a sua rotina de serviço e de vida. De acordo com o relatório de vitimização policial do Estado do Rio de Janeiro, organizado por (VALE, 2015, p. 4) o mesmo infere: “(...) os policiais civis e militares estão mais propensos a serem vítimas de ações violentas contra a vida quando estão em situação de folga”. Fato relevante, pois o policial encontra-se na maioria das vezes

sozinho e sem uma proteção maior, que geralmente no serviço policial é proporcionado em muitas das vezes pela superioridade policial.

No entanto, Leal (2015, p. 18) analisa a condição de estar armado na folga e a perpetração de uma abordagem por parte de um cidadão infrator, da seguinte maneira:

(...) a origem que o autor do crime efetuou a abordagem foi em busca da subtração do produto do delito e não da característica profissional da vítima, neste caso se ocultada à condição de policial se preserva a vida e a *res furtiva* pode ser recuperada com auxílio dos colegas de serviço em uma ação conjunta por isso não reagir significa ganhar tempo, observar, coletar características e destino para agir não individualmente, com atitude de “ethos guerreiro”, mas sim de forma lúcida e eficiente com apoio, inteligência e estrutura fornecida pela instituição, buscando de forma técnica e segura lograr êxito na prisão dos meliantes, sem que seja vítima na ação.

3.6 A corrupção policial e sua influência na vitimização

A corrupção policial seria possivelmente um fator a ser considerado como relacionado a ocorrência de vitimização de policiais militares. “(...) levantam flagelos da atuação das polícias, por vezes com serviços públicos ineficientes, ou eivadas por condutas profissionais desviantes” (ANUÁRIO BRASILEIRO, 2017, p. 16). Estas condutas impactariam na própria atuação policial e em desfechos muitas das vezes com resultado morte.

Para minimizar a corrupção policial, Muniz (2011, p. 9), entende que se deve endurecer a fiscalização interna e externa, porém ressalta que controle demais por parte dos meios correcionais, certamente aumentam o nível de estresse do policial militar:

A fiscalização e o controle podem criar padrões, evitar as situações de confronto, manter o policial em alerta quanto à sua segurança ou permitir a localização de viaturas em situações de crise. Por outro lado, a correição e os mecanismos de controle podem aumentar o estresse, na medida em que lançam o policial num campo de incertezas que podem levá-lo à eventuais punições. Dito de outro modo, o medo da prisão e da punição pode inibir os desvios de conduta, entre os quais, as mortes não legítimas. No entanto, existe o risco de que o controle gere artifícios para burlar as normas.

A fiscalização por entes internos e externos poderia ser encarada como um fator positivo, em virtude de que a garantia da punição pelos desvios de conduta poderiam impactar no serviço policial militar e consequentemente amenizar a vitimização, já que uma conduta ilícita e o envolvimento do policial com o cidadão infrator acarretaria, no futuro, em uma probabilidade de confronto em decorrência de divergências em relação à própria conduta corrupta.

3.7 Análise dos dados

Primeiramente, a fim de qualificar a amostra para coletar os dados necessários à presente pesquisa, foi necessário realizar a pergunta aos sujeitos de pesquisa se tinham

consigo arma própria ou da instituição para utilizar no momento de folga e assim, selecionar somente os policiais militares que possuíam arma de fogo, seja ela própria ou da PMPA. Portanto, quando perguntado aos sujeitos de pesquisa sobre o questionamento, foi observado que 100% do efetivo pesquisado possuía a arma de fogo, dessa maneira, todos os sujeitos pesquisados se tornaram válidos para a pesquisa.

Uma das questões centrais incidiu sobre o uso da arma de fogo fora do serviço. Foi detectado que 66% da tropa de Choque e 84% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática a utiliza no decorrer de sua folga. Observou-se que possivelmente pela dinâmica do serviço do Batalhão de Polícia Tática ser diretamente envolvido com a atividade fim e que o contato com os perpetradores dos mais diversos delitos sejam contínuos nos serviços do BPOT, por meio do carro-chefe das ações do Batalhão, que são as abordagens policiais, o que os exporia mais frequentemente em contato com esses sujeitos e os colocaria em situação de perigo com mais frequência que os do Batalhão de Polícia de Choque.

Tabela 1: Quantidade de policiais militares que afirmaram portar arma de fogo durante a folga

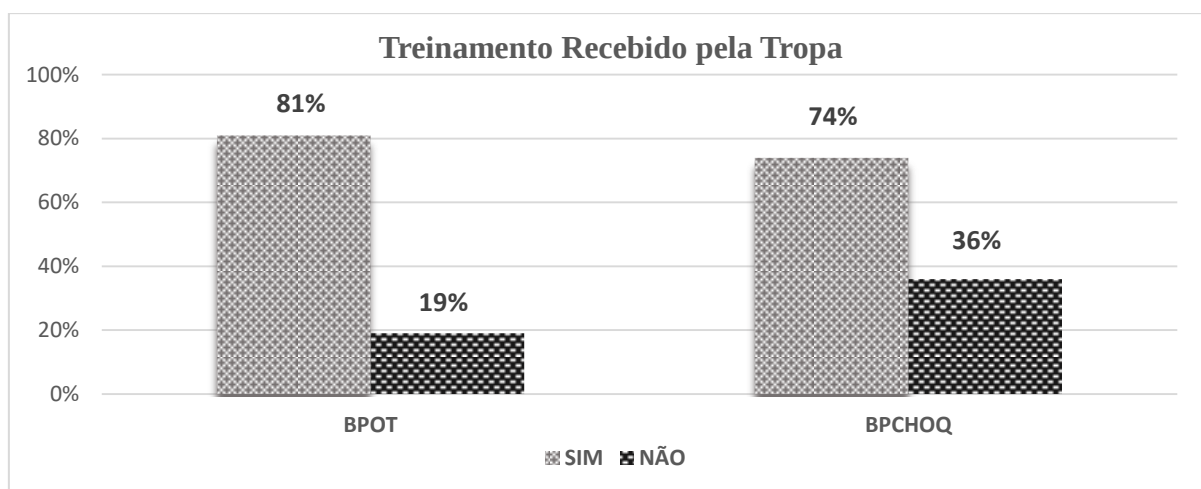
EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA
BPOT	135	84%	11%	5%
BPCHOQUE	112	66%	34%	0%

FONTE: Pesquisa de Campo, 2018.

Observa-se que 5% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática afirmou não portar arma de fogo durante a sua folga em nenhum momento, mesmo tendo em sua posse o Kit Policial, mesmo sendo uma quantidade ínfima quando comparado aos policiais do BPOT, apresenta diferenças em virtude da totalidade destes afirmar portarem armas na folga. Daí pode-se inferir que nem todos os policiais do primeiro grupo veem a necessidade de estar armados fora do serviço.

Outro item analisado quanto ao emprego da arma de fogo durante a folga, foi saber se no momento em que os policiais passaram a ter acesso ao armamento da corporação, mesmo em momento posterior, se alegaram ter recebido o treinamento referente ao seu emprego fora do serviço, já que a utilização em trajes civis sugere que o policial porte a arma obrigatoriamente de modo velado (sem estar à mostra), ensejando também um novo procedimento no saque e realização do disparo, bem como a possibilidade de ter que atirar em locais e situações diversas do serviço.

Gráfico 1: Quantidade de policiais que afirmaram ter recebido treinamento técnico (manuseio, tiro) para utilizar a arma de fogo especificamente fora do serviço.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Percebe-se dos dados extraídos que 74% do efetivo do Batalhão de Choque e 81% do BPOt recebeu treinamento específico para utilizar a arma de fogo na folga policial. No estudo de Conceição e Ribeiro (2016, p. 15), observa-se que quando questionado aos sujeitos de pesquisa se realizaram treinamento, 95% responderam que sim.

Outro aspecto que mereceu a atenção da pesquisa tratou do preparo psicológico para a utilização da arma de fogo na folga. Desde o ano de 2013, a PMPA instituiu o seminário de Comportamento de Autoproteção, com o foco de treinar o aspecto psicológico do emprego de arma de fogo, bem como a necessidade (ou não) de portar a arma em momentos e situações específicas. A pesquisa também teve como objetivo esse aspecto, uma vez que as palestras desenvolvidas no seminário são de suma importância para uma conscientização positiva no que concerne à prevenção, principalmente fora do período de serviço, momento este em que o profissional de segurança se encontra só nas maiorias de suas horas de lazer e descanso.

Tabela 2: Quantidade de policiais militares que declararam ter recebido algum tipo de treinamento ou instrução de como se preparar psicologicamente para o uso da arma de fogo (Seminário de Comportamento de Autoproteção ou equivalente)

EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SIM	NÃO
BPOt	135	79%	21%
CHOQUE	112	77%	23%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Dessa maneira, observa-se que 79% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque já recebeu esse tipo de conhecimento e que 77% do efetivo do BPOt, também participou desse

tipo de instrução com o foco na preparação psicológica para um possível enfrentamento armado fora de suas atividades laborais, como se observa na tabela 3, acima:

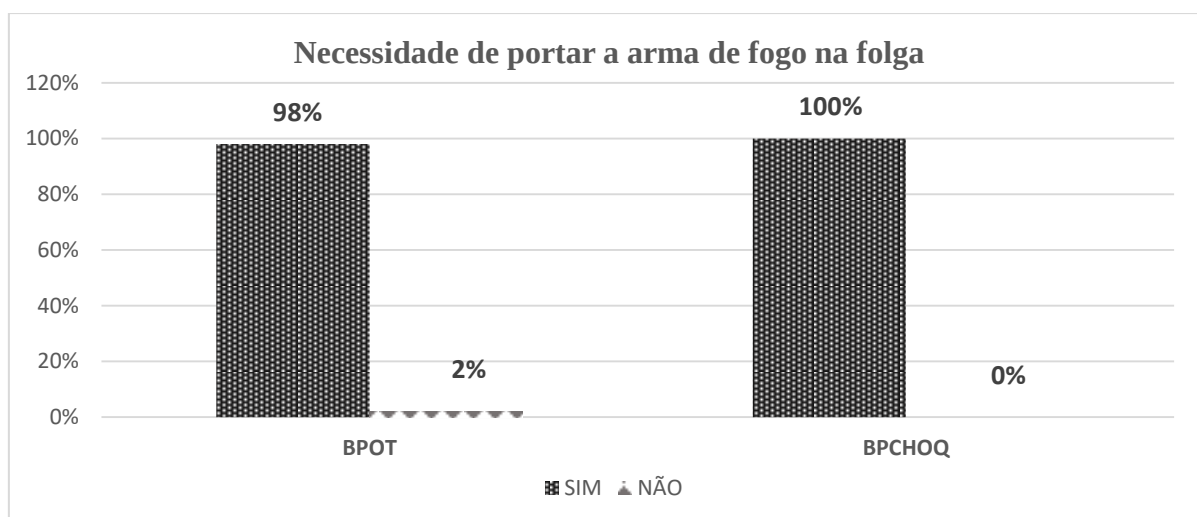
3.8 A percepção acerca da necessidade do uso da arma de fogo

Foi perguntado aos sujeitos da pesquisa acerca da necessidade de portar a arma de fogo e se sentiam suficientemente preparados para utilizar sua arma de fogo durante a folga e observamos com os dados que o efetivo do Batalhão de Polícia Tática se sente mais preparado para uma possível utilização do armamento durante a sua folga que os policiais do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque, uma vez que 92% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, respondeu que sim e apenas 84% do Batalhão de Polícia de Choque respondeu que se sentia preparado para tal circunstância. Pode-se mais uma vez justificar os números acima, ao se considerar as peculiaridades do serviço do Batalhão de Polícia Tática, diretamente ligado à atividade mais ostensiva, e por isso a rotina os deixa, possivelmente, psicologicamente mais preparados para um embate com o criminoso, no período de sua folga.

Dessa forma vislumbra-se a percepção do policial militar em relação à necessidade ou não de portar a arma de fogo durante a folga policial. O sentir, remete a ter sensações e as sensações para o policial militar perpassa por algumas situações: ameaça, maior sensação de segurança, sentimento de ser policial, etc.

Portanto, foi observado que 100% dos Policiais Militares do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque sentem a necessidade de portar a arma de fogo durante a folga e 98% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, sentem a necessidade de fazer o uso da arma de fogo, conforme Gráfico 2, abaixo:

Gráfico 2: Você sente a necessidade de portar arma de fogo durante a folga?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Foi perguntado também aos sujeitos de pesquisa sobre se interviriam numa ocorrência, mesmo estando sozinho, o chamado “risco voluntário”, conforme já enfatizado no estudo de Mello (2013), que é um risco no qual o policial certamente não entraria se estivesse desarmado. Foi observado que 53% do efetivo do Batalhão de Choque interviria numa ocorrência com terceiros envolvidos durante a sua folga e 54% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática, também interviria, conforme números na Tabela 3, abaixo:

Tabela 3: Durante a sua folga, você interviria em uma ocorrência com terceiros envolvidos, mesmo estando sozinho?

EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SIM	NÃO
BPOT	135	54%	46%
CHOQUE	112	53%	47%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Outro ponto que foi analisado no estudo se referiu a utilização do armamento por parte dos sujeitos pesquisados. Se em algum momento depois do ingresso na instituição se os mesmos durante o período de folga tiveram a necessidade de utilizar a arma de fogo em decorrência de alguma ocorrência.

Foi observado que 58% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque já teve a necessidade de utilizar o armamento para evitar ou se defender de um ataque de um criminoso durante o período de sua folga e que 53% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, teve também a necessidade de utilizar o seu armamento, estando fora de suas atividades laborais, conforme Tabela 4, abaixo:

Tabela 4: Quantidade de policiais militares que já utilizou sua arma de fogo estando de folga

EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SIM	NÃO
BPOT	135	53%	47%
CHOQUE	112	58%	42%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Os dados acima demonstram de certa maneira, que o policial militar, cuja missão precípua está diretamente ligada ao serviço ordinário, o qual possibilita inúmeras abordagens, prisões de infratores, mediações de diversos conflitos, entre outras ocorrências, está de certa forma mais sujeito a se deparar fora de sua jornada de trabalho com potenciais “vítimas” de suas ações policiais ao norte mencionadas, as quais possivelmente, contribuem para um possível desfecho não desejado na sua folga, como é o caso de uma crise com arma de fogo.

Por outro lado é importante analisar que o “bico” pode ter tido influência sobre a pergunta acima, uma vez que o efetivo do Batalhão de Polícia de Tática em 32% respondeu que já tirou um serviço de segurança privada e que 41% do efetivo do Batalhão de Choque respondeu positivamente a tal pergunta, conforme Tabela 5, abaixo. Portanto, há que considerar esta variável para se chegar a conclusões sobre os índices de utilização de arma de fogo na folga, em decorrência de enfrentamento ou não com marginais.

Tabela 5: Quantidade de policiais militares que afirmaram realizar segurança privada (“bico”)

EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SIM	NÃO
BPOT	135	32%	68%
CHOQUE	112	41%	59%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Embasado nesse entendimento de que se deve observar tais dados sobre o “bico” e o uso do armamento fora do serviço, foi questionado também aos sujeitos de pesquisa se conheciam algum policial que tirava bico de segurança privada e para 80% do efetivo do Batalhão de Choque, respondeu que conhecia algum policial que tira serviço de segurança privada, o denominado “bico”, uma soma expressiva e que também o efetivo do Batalhão de Polícia Tática, em 67% conhecia algum policial que exercia a atividade “extra”, conforme Tabela 6, abaixo, o qual o policial militar tem uma segunda jornada de trabalho, com as características da primeira e certamente com um grau de risco equivalente ou até maior, pois na maioria das vezes o policial militar no “bico”, se encontra sozinho, portanto, mais exposto se existir um enfrentamento armado.

Tabela 6: Quantidade de policiais militares que conhecem algum colega que tira serviço de segurança privada (“bico”)

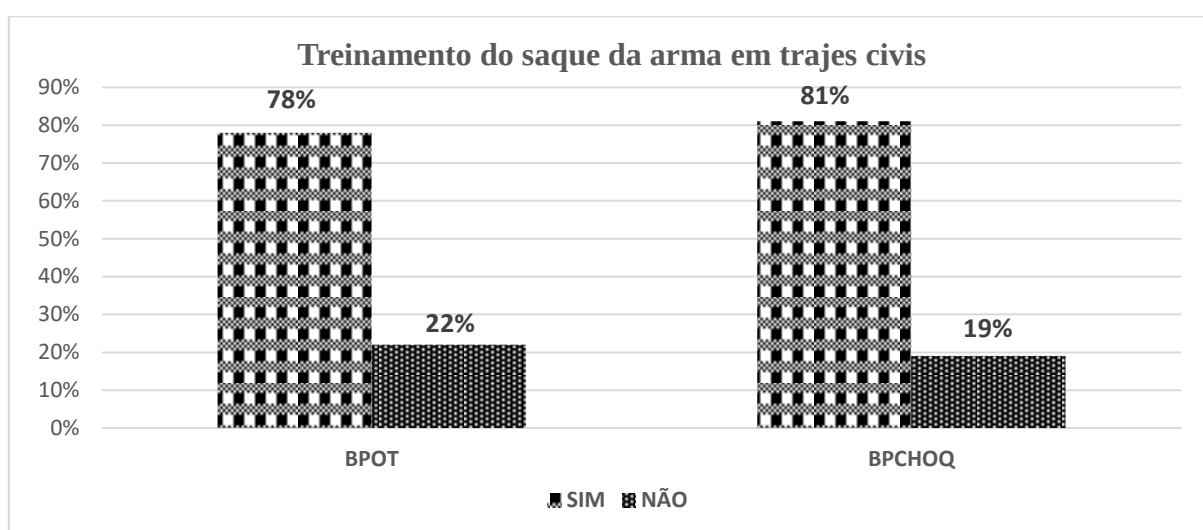
EFETIVO	SUJEITOS DE PESQUISA	SIM	NÃO
BPOT	135	67%	33%
CHOQUE	112	80%	20%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Foi perguntado aos sujeitos de pesquisa se já treinaram com o armamento em trajes civis, o qual é um importante fator, para de fato ter uma ação positiva se por ventura vier a precisar realizar um saque rápido em trajes civis, com o armamento “velado”, uma vez que a dinâmica é bem diferente de quando o armamento encontra-se no coldre e onde os policiais militares treinam com maior naturalidade esse tipo de saque.

Dessa maneira, obteve-se os seguintes resultados: 81% dos policiais do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque relataram que treinaram o saque com trajes civis e 78% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática relataram que já realizaram o treinamento do saque em trajes civis, conforme Gráfico 3, abaixo, representando uma parcela expressiva que treina essa importante técnica, pois ela é imprescindível e pode determinar um desfecho positivo ou negativo para o policial militar quando na folga, pois são frações de segundos que podem garantir a sua sobrevivência a partir do momento que estiver diante de um conflito que haverá a necessidade de utilizar a arma de fogo contra um cidadão infrator.

Gráfico 3: Quantidade de policiais militares que já treinaram o saque da arma com trajes civis



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Na última parte do questionário, a pesquisa objetivou avaliar como a profissão policial militar e os riscos dela decorrentes é vista pelos pesquisados, e as ameaças decorrentes dela. Quanto às ameaças sofridas em decorrência da profissão, 77% dos entrevistados do BPOT e 57% dos policiais do BPCHOQUE responderam que já foram ameaçados. Os dados acima podem ter sido discrepantes em decorrência da própria natureza do serviço executado pelas duas unidades. O embate com o criminoso no dia-a-dia, as mais diversas ocorrências policiais: assaltos, roubos, assaltos com reféns, confronto armado, entre outros, possivelmente contribui para uma maior proporção de ameaças, dado corroborado com a produtividade apresentada na tabela abaixo, significando que um maior número de abordagens e mortes em confronto pode trazer como consequência as ameaças como uma retaliação ao trabalho desenvolvido.

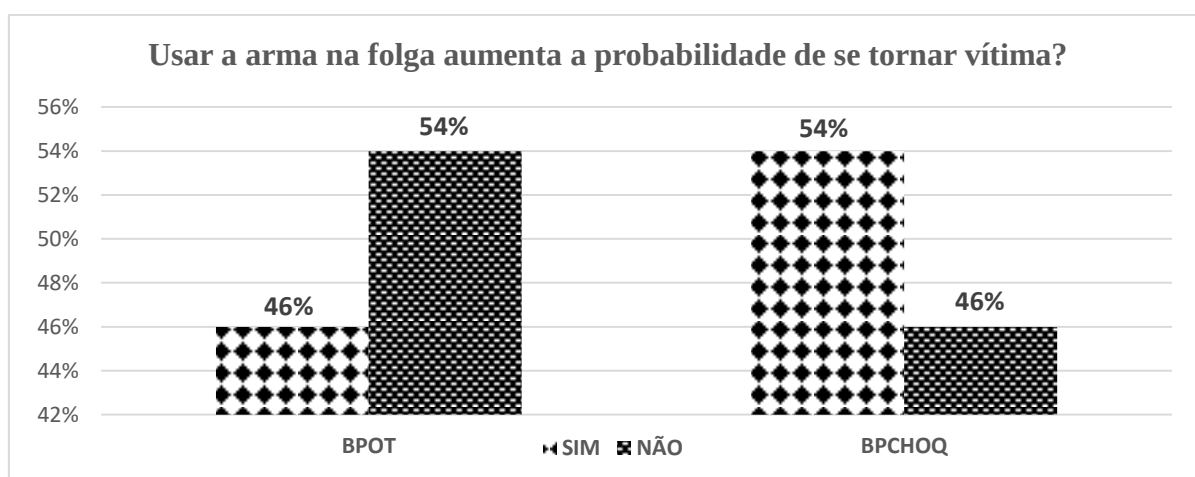
Tabela 7: Número de abordagens e letalidade de criminosos mortos em confronto com o Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Polícia Tática no período de janeiro a agosto de 2018.

EFETIVO	ABORDAGENS	RESULTADO MORTE DE CRIMINOSOS
BPOT	1.511	56
CHOQUE	745	01

Fonte: 2ª Seção do BPOT e BPCHOQUE, 2018

Com o objetivo de analisar a percepção da escolha profissional como representação de risco de morte, foi questionado aos sujeitos de pesquisa se na percepção do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque, bem como do efetivo do Batalhão de Polícia Tática, o fato de ser policial militar representaria, por si só um risco. Para 99% e 88%, respectivamente, afirmaram que a condição de ser policial militar já é de fato um risco para a sua vida.

Gráfico 4: Na sua opinião, usar arma de fogo durante a folga aumenta a possibilidade de se tornar uma vítima?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018

Uma das perguntas mais importantes para entender a percepção do policial militar no quesito portar a arma de fogo durante a folga perpassou pelo questionamento acima. E em relação à pergunta 54% do efetivo do Batalhão de Choque relataram que a percepção de usar a arma de fogo durante a folga aumenta a possibilidade de se tornar uma vítima e houve uma pequena queda de percepção no BPOT, onde 46% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática entendem que portar a arma de fogo durante a folga potencializa a possibilidade de se tornar uma vítima, conforme Gráfico 4, acima. Muito embora a maioria dos pesquisados entenda que está preparado para portar a arma na folga, parte deles reconhece que aumenta a possibilidade de se tornar uma vítima, sendo ligeiramente maior no efetivo do BPCHOQUE.

Pode ser levado em consideração o risco de se tornar uma vítima durante a folga ao estar portando a arma de fogo o fato de haver uma soma considerável de armamentos da PMPA furtado ou roubado nos últimos anos, ocasionado também pelo homicídio ou latrocínio de Policiais Militares, os quais possivelmente em virtude da atratividade que a arma de fogo se torna ao ser visada pelos criminosos, pois é um objeto cobiçado e raro no seio da sociedade, onde apenas militares e outras poucas pessoas dispõem consigo para a sua defesa e observa-se com isso, uma crescente de furtos/roubos, homicídios/latrocínios a partir do ano de 2013, quando a Polícia Militar do Pará, passou a garantir ao Policial Militar o chamado “Kit Segurança”, números que podemos observar na Tabela 8, abaixo:

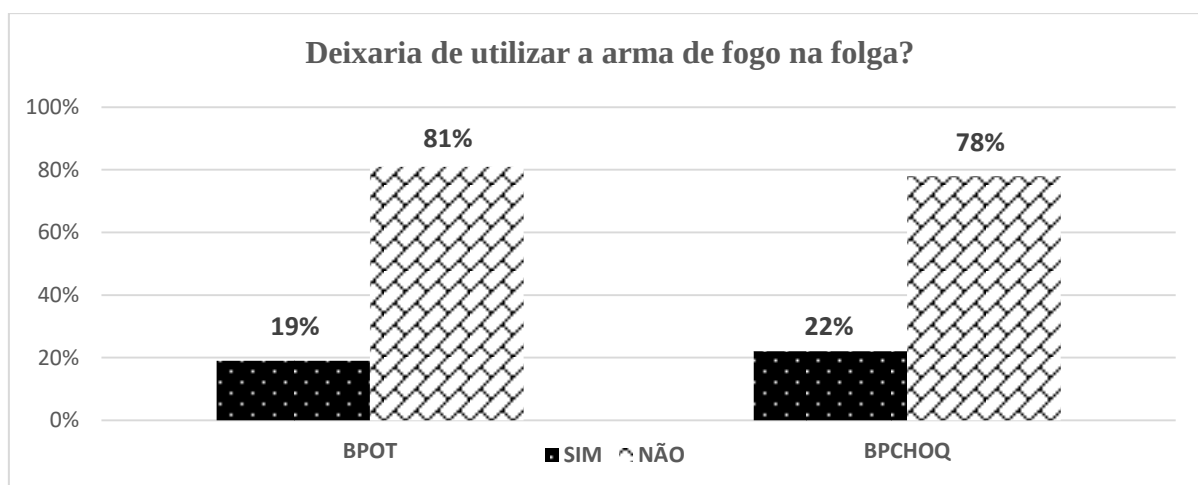
Tabela 8: Número de armamentos furtados ou roubados na PMPA e o número de policiais militares mortos durante a folga, no período de 01 de janeiro de 2010 a 01 agosto de 2018.

ANO	POLICIAIS MORTOS – HOMICÍDIO/LATROCÍNIO NA FOLGA	ARMAS EXTRAVIADAS/FURTADAS/ROUBADAS (PISTOLA .40mm E REVÓLVORES)
2010	12	38
2011	12	32
2012	13	46
2013	18	26
2014	15	17
2015	18	70
2016	12	205
2017	15	77
2018	19	29
TOTAL	134	540

Fonte: Centro de Inteligência da PMPA, agosto 2018.

Foi perguntado aos sujeitos de pesquisa se entendessem (percepção) de que portar arma de fogo na folga é um risco para a sua vida, deixaria de utilizar a arma quando estivessem de folga e assim, foram obtidos os seguintes resultados: apenas 19% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática deixaria de utilizar o armamento, bem como 22% do efetivo do Batalhão de Polícia de Choque deixaria de portar a arma de fogo na folga, como observado no Gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5: Se você entendesse que portar arma de fogo na folga é um risco para a sua vida, deixaria de utilizar a arma fora do serviço?

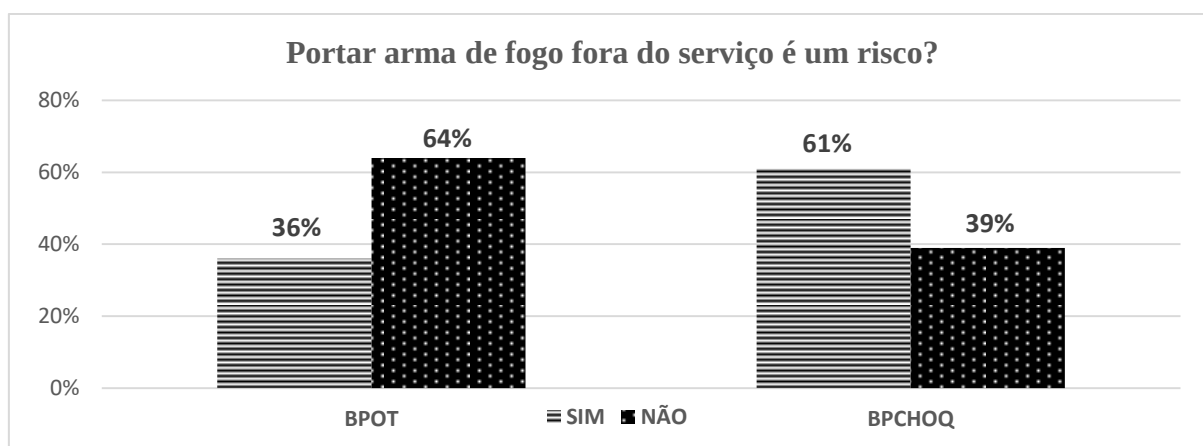


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

De certa forma, os dados acima denotam o caráter perceptivo por parte das duas tropas, como se estivessem muito vulneráveis ao deixar de usar o principal instrumento de trabalho, que é a arma de fogo para o policial militar. Ou, possivelmente, um caráter psicológico de não demonstrar “fraqueza” aos demais policiais militares. Por outro lado, deve ser observado o grau de instrução que a tropa tem em relação ao uso, saque em trajes civis, o qual o possibilita perceptivamente que detém controle físico, técnico e psicológico para em qualquer circunstância estar portando a arma de fogo.

E quando perguntado no mesmo entendimento de percepção se portar a arma de fogo fora do serviço era um risco, 61% do efetivo do Batalhão de Choque entendeu que sim, enquanto apenas 36% do efetivo do Batalhão de Polícia Tática teve essa mesma percepção, indo ao encontro da penúltima pergunta, conforme se observa no Gráfico 6, abaixo:

Gráfico 6: Portar arma de fogo fora do serviço pode ser considerado um risco?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

4 CONCLUSÃO

O estudo realizado detectou que a tropa do Batalhão de Polícia Tática – BPOT, entende que há necessidade de usar a arma de fogo durante a sua folga, maior que o efetivo do Batalhão de Choque - BPCHOQUE o que está relacionado a natureza de sua atividade pelo fato desse grande envolvimento em ocorrências e pela maior exposição em relação ao cidadão infrator, ao mesmo tempo em que pode se deparar e ser reconhecido por estes.

Quando questionado aos sujeitos de pesquisa sobre o treinamento para utilizar a arma de fogo fora do serviço, chegou-se aos números que de certa forma podem até ser questionados em estudos posteriores, uma vez que ainda não vislumbramos um treino prático na PMPA, voltado especificamente para o policial militar na folga, pois a ênfase do treinamento policial é para o serviço ordinário e somente nos últimos 2 (dois) anos é que de forma incipiente iniciou um treinamento que no primeiro momento são palestras de autoproteção policial e num segundo momento com a prática de saque e tiro em trajes civis, voltados para a tônica da autoproteção e não do policiamento ostensivo embarcado, quando o policial militar encontra-se sempre na companhia de outros profissionais de segurança pública.

A percepção de se sentir suficientemente preparado para utilizar sua arma de fogo durante a folga certamente é subjetiva e abrangente para cada profissional de segurança pública e no estudo foi observado que a grande maioria dos sujeitos pesquisados se disseram capazes e suficientemente preparados para fazer uso da arma de fogo fora do ambiente de trabalho.

Quando perguntado se os sujeitos de pesquisa sentiam a necessidade de portar arma de fogo durante a folga, na sua grande maioria os estudados na pesquisa relataram que sentem essa necessidade de portar a arma de fogo durante a folga, logo, deve-se levar em consideração os elevados índices de criminalidade, principalmente na Região Metropolitana do Estado paraense, bem como os alarmantes números de policiais militares assassinados nos últimos anos e com isso, possivelmente, tenha refletido em relação a pergunta aos estudados, inclusive em 100%, o efetivo do Batalhão de Polícia de Choque responderam sentir essa necessidade.

Quanto à utilização da arma de fogo durante a folga, percebeu-se que houve um grande percentual que afirma ter se envolvido em ocorrências fora do serviço. A regra seria no serviço. Por isso, observamos um grande índice de letalidade envolvendo o efetivo do

Batalhão de Polícia Tática em relação ao efetivo do Batalhão de Polícia de Choque e considerando tais dados é que mensuramos que na folga, os policiais militares mais vulneráveis e instados a se envolver numa ocorrência na folga são os policiais militares do primeiro grupo.

O estudo mostrou que os policiais militares tanto do Batalhão de Polícia de Choque, quanto do Batalhão de Polícia Tática, se veem como vítimas potenciais pelo fato de serem Policiais Militares e entendem nas suas concepções de análise do cenário atual, que de fato portar arma de fogo fora do ambiente de trabalho é considerado um risco para sua vida, porém, ainda em sua grande maioria preferem utilizar a arma de fogo na folga.

Foi questionado sobre o serviço de segurança privada, o denominado vulgarmente como “bico” e indicou índice elevado de policiais militares realizando uma segunda jornada de serviço, possivelmente seja um dos aspectos que levam ao policial militar vir a portar com maior incidência a arma de fogo durante a folga e talvez também, seja um fator para a elevada mortalidade de policiais militares, justamente na folga e portando a arma de fogo no dia do ocorrido.

Dessa forma, é imperioso e imprescindível que os estudos a respeito da vitimização de policiais militares paraenses sejam contínuos para que a Polícia Militar do Pará procure traçar diretrizes eficientes para que seja urgentemente diminuído os índices de policiais militares mortos, principalmente durante a folga, momento este de lazer, de estar com a sua família.

Diante do tema chega-se a conclusão de que a tropa dos Batalhões estudados em sua grande maioria tem a percepção da necessidade de utilizar o armamento no seu momento de folga policial e diante dessa circunstância, é imprescindível, também, que a instituição continue a promover instruções práticas no que diz respeito ao uso, saque, como portar o armamento, como se portar com o armamento, etc, pois foi observado diante das estatísticas que na sua grande maioria os policiais militares estão sendo assassinados justamente na folga e que notadamente, a política da entrega do “Kit Policial” pode também entrar na lista das variáveis no aumento das mortes de policiais militares, pois se observou uma crescente de mortes de policiais militares a partir de 2013, juntamente com o crescimento de armas roubadas, furtadas ou extraviadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luci Carlos de. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: KnowHow, 2011.

BONFANTI, Sérgio Augusto. **O “bico” realizado por policiais militares da Capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências**. V. 35, nº 2. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/8486>> Acessado em: 14 mar. 2018.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**. Lei nº 10.823, de 22 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm> Acessado em: 15 mar. 2018.

CAMPOS, Juarez de Queiroz *et al.* **Saúde e Pesquisa Quantitativa**. São Paulo: Jotacê, 2001.

CONCEIÇÃO, Rodrigo Daíbes Marques da; RIBEIRO, Vitor Sérgio Gomes. **Profissão de Risco: Homicídios de Policiais Militares em Belém do Pará**. 2016. Monografia (Especialização Estratégica em Defesa Social) – Instituto de Ensino de Segurança Pública – IESP, Belém, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário de estatísticas criminais**: 2017. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf> Acesso em: 13 mar. 2018.

FRANÇA, Fábio Gomes de; DUARTE, Anderson. **“Soldados não Choram?”: Reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar**. 19ª ed. São Paulo: Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, 2017. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/7012>> Acessado em: 13 mar. 2018.

LEAL, Marcos Antônio de Souza. **Vitimização Policial Militar fora do Serviço**. 2015. Monografia (Especialização em políticas públicas de justiça criminal e segurança pública) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MELLO, Cesar M. A. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: a multiplicidade dos riscos da profissão policial militar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <<http://ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2013/Cesar%20Mello%20-Dissertação.pdf>> Acessado em: 16 mar. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2007001100024&script=sci_arttext&tlng=>. Acesso em: 13 mar. 2018

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Vitimização, letalidade e saúde ocupacional nas polícias de São Paulo: sugestões para um programa de ação federativa**. Brasília: SENASP, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/135/13/Texto%20>>

%20Vitimização%20e%20Letalidade%20Policial.pdf>. Acessado em: 14 mar. 2018

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Bárbara Musumeci. **Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Monitoramento_vitimizacao_policiais.pdf>. Acessado em: 13 mar. 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará, 2014**. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/files/files/diretriz_geral_para_emprego_operacional.pdf> Acessado em: 14 mar. 2018.

_____. Polícia Militar do Pará. Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará, 2018.

VALE, Leonardo D'Andréa. **Relatório de Vitimização Policial (1998 a novembro de 2015)**. Rio de Janeiro; ISP, 2015. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelatorioVitimizacao2015.pdf> Acessado em: 16 mar. 2018.

APÊNDICE A – Questionário da pesquisa

Caro policial, o questionário abaixo tem a finalidade de complementar uma **pesquisa científica** cujo objetivo principal é sugerir estratégias para **redução da vitimização policial**. Você não precisa se identificar, mas tenha em mente que as suas respostas sinceras serão de imenso valor.

1 – Você tem alguma arma disponível para usar na folga, própria ou da carga da PMPA?

☐ sim ☐ não

2 – Você usa arma de fogo durante a sua folga?

☐ sempre ☐ às vezes ☐ nunca

3 – Você recebeu algum treinamento técnico (manuseio, tiro) para utilizar a arma de fogo **especificamente** fora do serviço?

☐ sim ☐ não

4 – Você recebeu algum tipo de treinamento ou instrução de como se preparar psicologicamente para o uso da arma de fogo (Seminário de Comportamento de Autoproteção ou equivalente)?

☐ sim ☐ não

5 – Você se sente suficientemente preparado para utilizar sua arma de fogo durante a folga?

☐ sim ☐ não

6 – Você sente a necessidade de portar arma de fogo durante a folga?

☐ sim ☐ não

7 – Durante a sua folga, você interviria em uma ocorrência com terceiros envolvidos, mesmo estando sozinho?

☐ sim ☐ não

8 – Você já utilizou sua arma de fogo estando de folga?

☐ sim ☐ não

9 – Você tira serviço de segurança privada, “bico”?

☐ sim ☐ não

10 – Você conhece algum PM que tira serviço de segurança privada (“bico”)?

☐ sim ☐ não

11 – Você já treinou o saque da arma com trajes civis (à paisana)?

☐ sim ☐ não

12 – Você acha que ser policial já é, por si só, um risco?

☐ sim ☐ não

13 – Você já foi ameaçado (a) em virtude da sua escolha profissional como policial militar?

☐ sim ☐ não

14- Na sua opinião, usar arma de fogo durante a folga aumenta a possibilidade de se tornar uma vítima?

☐ sim ☐ não

15 – Se você entendesse que portar arma de fogo na folga é um risco para a sua vida, deixaria de utilizar a arma fora do serviço?

☐ sim ☐ não

16 – Portar arma de fogo fora do serviço pode ser considerado um risco?

☐ sim ☐ não

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa

Eu, _____, estou sendo convidado a participar de um estudo que trata das estratégias que a Polícia Militar do Pará pode adotar para minimizar a vitimização de policiais militares. A minha participação no referido estudo será no sentido de relatar minhas opiniões e experiência vivenciada, considerando o uso da arma de fogo, treinamento, etc.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como a possibilidade de sugestão, por parte do pesquisador, de políticas institucionais que visem aumentar as chances de sobrevivência dos policiais militares.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos decorrentes do estudo em rememorar acontecimentos desagradáveis de minha trajetória profissional.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

O pesquisador envolvido com o referido projeto é Helton Pinheiro da **Rocha**, aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), e com ele poderei manter contato pelo telefone (91)98307-6601.

Sei que me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Belém, ____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Helton Pinheiro da **Rocha**